

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.944 - SP (2019/0196449-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : FELIPE SORIANO BLATT
ADVOGADO : ADRIANO BLATT - SP329706
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : DENISE ASSIS MENDONÇA - SP297136
ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO - SP237754

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por FELIPE SORIANO BLATT em face da decisão acostada às fls. 329-331 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, inadmitiu o recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 223-227 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

PLANO DE SAÚDE - Medicamentos - Inexistência de obrigatoriedade de cobertura do medicamento de uso domiciliar "Roacutan 20 mg (Isotretinoína)" para tratamento de dermatose inflamatória crônica, tendo em vista que não se trata de medicamento antineoplásico (quimioterápico/oncológico), coadjuvante a este ou que se destine a controlar seus efeitos adversos - Previsão expressa da lei especial de regência (art. 10, VI, da Lei n. 9.656/98) - Recurso desprovido, com majoração da verba honorária.

Opostos embargos declaratórios (fls. 229-242 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 243-246 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 249-297 e-STJ), alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) artigo 1.022 do CPC/15, porquanto não sanados vícios apontados nos aclaratórios; e, (ii) artigos 5º da LINDB, 112, 423, 424 e 2035, parágrafo único, do Código Civil, 4º, 39, 46, 47 e 51 do Código de Defesa do Consumidor, sustentando ser devido o custeio do medicamento buscado. Aduziu, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões às fls. 311-326 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre, decisão esta impugnada pelo presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 334-369 e-STJ.

Contraminuta às fls. 476-482 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. No que diz respeito à alegada violação ao art. 1.022 do CPC/15, observa-se que a parte recorrente alegou genericamente que o acórdão hostilizado o teria afrontado, sem, contudo, demonstrar de forma clara como o *decisum* teria incorrido em omissão, contradição ou obscuridade, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 284 do STF.

Dentre os vários precedentes a respeito, destaca-se: **AgInt no AREsp**

1200579/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018; e, **AgInt no AREsp 995.819/BA**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 01/03/2017.

2. No mérito, imperioso ressaltar que a jurisprudência desta Corte reconhecer o dever de cobertura de tratamento ou medicamento de uso domiciliar **quando essencial para garantia da saúde ou a vida do segurado**:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMINATÓRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AFRONTA AOS ARTS. 2º E 12 DA LEI 6.360/76. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DE USO DOMICILIAR. NATUREZA ABUSIVA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

3. De acordo com a orientação jurisprudencial do STJ, o plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de tratamento utilizado para a cura de cada uma, sendo abusiva a cláusula contratual que exclui tratamento domiciliar quando essencial para garantir a saúde ou a vida do segurado.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1302405/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 29/05/2019)

No caso, a Corte de origem considerou o seguinte (fls. 225-226 e-STJ):

No que se refere a medicamentos, são de cobertura obrigatória todos aqueles ministrados em tratamentos e procedimentos ambulatoriais e durante internação hospitalar (art. 12, I, b e II, d), além de medicamentos antineoplásicos (para tratamento quimioterápico/oncológico), de adjuvantes a estes e de controle de efeitos adversos, ainda que de uso domiciliar e oral (art. 12, I, c, e II, g).

Por outro lado, não é de cobertura obrigatória o “fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, ressalvado o disposto nas alíneas 'c' do inciso I e 'g' do inciso II do art. 12” (art. 10, VI, da Lei n. 9.656/98).

No caso, o medicamento pleiteado, de uso oral e domiciliar, foi prescrito para o tratamento de **dermatose inflamatória crônica**, não se enquadrando na exceção legal acima referida, que tem por objeto apenas medicamentos quimioterápicos e relacionados, para tratamento de câncer. **De igual modo, não se trata de medicamento que necessite de algum conhecimento especial para ser ministrado, nem é substitutivo de tratamento ambulatorial/hospitalar (situações que, também, poderiam implicar na obrigatoriedade de cobertura).** Assim sendo, referida droga não possui cobertura obrigatória, ex vi do art. 10, VI, da Lei 9.656/98. [grifou-se]

Não se observa, assim, a ocorrência, na hipótese (medicamento Roacutan) da circunstância de que trata a jurisprudência desta Corte (medicamento de uso domiciliar quando essencial para garantia da saúde ou a vida do segurado).

Ademais, verificar a essencialidade do medicamento, a fim de acolher a pretensão recursal, exigiria a incursão no acervo fático probatório.

Superior Tribunal de Justiça

O recurso encontra óbice, assim, nas Súmulas 83 e 7/STJ.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **nega-se provimento ao agravo em recurso especial** e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majora-se os honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento), incidentes sobre o valor já arbitrado pela origem (fl. 227 e-STJ), em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator